

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---------------------------------------------------	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	25
4.5 - Processos sigilosos relevantes	26
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	27
4.7 - Outras contingências relevantes	28
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	29

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	30
--------------------------------------------------	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	31
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	33
5.4 - Outras informações relevantes	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	37
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	38
6.7 - Outras informações relevantes	39
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	40
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	41
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	42
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	46
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	47
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	48
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	49
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	50
7.9 - Outras informações relevantes	51
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	52
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	53
8.3 - Operações de reestruturação	54
8.4 - Outras informações relevantes	55
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	56
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	60

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	61
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	64
9.2 - Outras informações relevantes	65
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	66
10.2 - Resultado operacional e financeiro	70
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	71
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	72
10.5 - Políticas contábeis críticas	73
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	74
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	75
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	76
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	77
10.10 - Plano de negócios	78
10.11 - Outros fatores com influência relevante	79
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	80
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	81
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	82
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	85
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	86
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	87
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	88
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	89
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	93
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	94

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	95
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	96
12.12 - Outras informações relevantes	97

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	98
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	100
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	101
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	102
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	103
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	104
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	105
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	106
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	107
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	108
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	109
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	110
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	111
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	112
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	113
13.16 - Outras informações relevantes	114

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	115
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	116
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	117

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	118
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	119
15.3 - Distribuição de capital	136
15.4 - Organograma dos acionistas	137
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	138
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	139
15.7 - Outras informações relevantes	140
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	141
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	142
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	143
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	144
17.2 - Aumentos do capital social	145
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	146
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	147
17.5 - Outras informações relevantes	148
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	149
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	150
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	151
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	152
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	153
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	154

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	155
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	156
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	157
18.10 - Outras informações relevantes	158
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	159
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	160
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	161
19.4 - Outras informações relevantes	162
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	163
20.2 - Outras informações relevantes	164
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	165
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	166
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	167
21.4 - Outras informações relevantes	168
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	169
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	170
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	171
22.4 - Outras informações relevantes	172

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JUNIOR
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	NÃO
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52.803.244/0009-63
Período de prestação de serviço	19/10/2007
Descrição do serviço contratado	Serviços de Auditoria nas Demonstrações Contábeis e controles Internos Serviços de Diagnostico e adaptação dos Procedimentos Contábeis atuais às Normas Contábeis Internacionais("IFRS")
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviços de Auditoria nas Demonstrações Contábeis e controles Internos-R\$92.800,00 Serviços de Diagnostico e adaptação dos Procedimentos Contábeis atuais às Normas Contábeis Internacionais("IFRS")-R\$12.000,00
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
PAULO RICARDO PINTO ALANIZ	19/10/2007	369.375.330-04	RUA FLORENCIO YGARTUA N 270, 902, MOINHOS DE VENTO, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-010, Telefone (051) 33300452, e-mail: paulo.ricardo@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não se aplica a Companhia.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	182.763.753,53	179.786.818,10	159.485.010,79
Ativo Total	550.622.716,93	583.243.150,08	415.890.672,88
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	691.830.886,14	774.231.309,23	555.766.743,94
Resultado Bruto	158.146.907,35	221.975.064,83	174.399.109,00
Resultado Líquido	3.390.907,92	27.652.952,98	22.071.353,22
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	10.582.361	10.582.361	10.582.361
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	17,270000	16,990000	15,070000
Resultado Líquido por Ação	0,320000	2,610000	2,090000

3.2 - 3.2 A Companhia divulga medições relacionadas ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, equivalente no Brasil ao LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

a) Valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2009	2008	2007
EBITDA / LAJIDA MR\$	34.294	86.658	66.946
EBITDA / LAJIDA %	5%	11%	12%

CONTROLADORA	2009	2008	2007
EBITDA / LAJIDA MR\$	25.707	79.112	60.255
EBITDA / LAJIDA %	4%	10%	11%

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2009	2008	2007
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	19.707	73.241	53.760
Equivalência Patrimonial	-	(228)	(205)
Depreciações e Amortizações do Permanente	14.587	13.646	13.391
EBITDA / LAJIDA MR\$	34.294	86.659	66.946

CONTROLADORA	2009	2008	2007
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	15.152	68.981	49.816
Equivalência Patrimonial	(1.691)	(1.064)	(500)
Depreciações e Amortizações do Permanente	12.246	11.195	10.939
EBITDA / LAJIDA MR\$	25.707	79.112	60.255

c) Motivo da apresentação dos números com referência ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, ou (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização):

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Eventos subsequentes

Não se aplica à Companhia.

3.4 - Política de destinação de resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados	2009	2008	2007
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

CONTROLADA	2009	2008	2007
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008	Exercício social 31/12/2007
Lucro líquido ajustado	3.221.362,52	26.270.305,33	20.967.785,56
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	30,000000	30,000000	30,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	2,000000	15,000000	14,000000
Dividendo distribuído total	966.408,76	7.881.091,60	6.290.335,67
Lucro líquido retido	2.424.499,16	19.771.861,38	14.677.449,89
Data da aprovação da retenção	28/04/2010	29/04/2009	28/04/2008

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	953.228,57	22/06/2010	7.773.606,74	10/07/2009	6.204.499,42	25/11/2008
Preferencial	13.180,19	22/06/2010	107.484,86	10/07/2009	85.836,25	25/11/2008

3.6 Não se aplica

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	261.573.350,26	Índice de Endividamento	1,84000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	25.705.000,00	2.699.000,00	10.044.000,00	27.318.000,00	65.766.000,00
Garantia Flutuante	20.395.000,00	0,00	0,00	0,00	20.395.000,00
Quirografárias	147.086.000,00	27.926.000,00	0,00	0,00	175.012.000,00
Total	193.186.000,00	30.625.000,00	10.044.000,00	27.318.000,00	261.173.000,00
Observação					

~~3.9~~ Não se aplica
3.9 - Outras informações relevantes

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento na Companhia

a) Fatores de risco relacionados à Companhia

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commoditie* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica Brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

b) Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização.

c) Fatores de risco relacionados a seus acionistas

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida a Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

d) Fatores de risco relacionados às suas controladas

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda fora criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

e) Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commoditie* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 3% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

f) Fatores de risco relacionados a seus clientes

A empresa detém uma base de clientes com mais de 62 mil CNPJ's cadastrados, sendo mais de 10 mil clientes ativos (corte de 90 dias). Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

g) Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), e spread's bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opressora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais

4.1 - Descrição dos fatores de risco

procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional. Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja de alguns países, sendo que tal volume representou 16% de nosso Custo dos Produtos vendidos em 2009 (Consolidado).

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente menos de 5% de sua venda bruta anual (3% em 2009 – dados consolidados). Entretanto, vem desde 2007 estrategicamente investindo na sua estrutura de vendas para o mercado externo.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia adota a prática de análise constante dos cenários micro e macro econômicos, todos que em maior ou menor escala imputam alterações estratégicas e operacionais na gestão da companhia. Entende que utiliza boas ferramentas de informação e gestão, utiliza seus indicadores de *performance* constantemente em avaliações comparativas dentro e fora de seu segmento de atuação. Adota política de rígida disciplina financeira e gestão conservadora de Caixa, e seus executivos da alta administração encontram-se focados na identificação de oportunidades nos pontos de risco acima identificados.

A Organização não identifica atualmente cenário para aumento ou redução de riscos mencionados na seção 4.1..

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas tenham sido envolvidas, entre trabalhistas, tributários, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para a Companhia e suas controladas:

Controladora, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2009:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão; (iii) probabilidade de perda provável e possível indicada.

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,997 milhões em 31/12/2009. A existência de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos
				Autor (a)	Ré		
96.0009765-8	Juízo Federal de Porto Alegre	Agravo de Instrumento pendente de julgamento no STF	07/06/1996	JOSAPAR	Delegado da Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 26.725,17. Garantido mediante depósito judicial.	Inexigibilidade do ILL da Transportadora Joveira Ltda, no e de 1992, ano-base 1991, por inconstitucional o art. 35 7713/88, bem como pela utilização do IPC/IBGE para correção monetária das demonstrações financeiras. (Proc. 11080.006505/92-43) Denegada a segurança no TRF4ªR, foi ela concedida no 328.879 (DJU 26.06.02). Negado seguimento ao RE da Federal, esta interpôs o Ag 464.257, ao qual o relator deu seguimento. Com a interposição do AgRg pela União, o encontram-se conclusos ao relator desde 29.11.2004. Em 1 foi provido o AgRg da União, a fim de determinar a substituição dos autos. Em 01.03.10, os autos foram recebidos no STF.
2002.71.10.000001-1	2ª Vara Federal de Pelotas	baixado	07/01/2002	JOSAPAR	Delegado da Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 14.168,01 Garantido mediante depósito judicial.	Objeto: Afastar a exigibilidade da Contribuição Previdenciária trata o art. 31, da Lei n. 8.212/91 (com a nova redação da Lei n. 9.032/95), decorrente da sua responsabilidade solidária razão da contratação de serviços de mão-de-obra, ju empresas prestadoras de serviços. Proferida sentença denegando a segurança. Foi interposto em 25.02.03, recurso de apelação, ao qual foi dado provimento de acórdão. Foram opostos embargos declaratórios pela União, os quais foram parcialmente acolhidos para fins de prequestionamento (DJ 22.09.09). Em 28.10.09 foi interposto recurso especial, sendo em 09.12.09 apresentadas contrarrazões. Em 06.04.10 foi publicada a decisão do relator no REsp de seguimento ao REsp da UF (1.177.783). Com o trânsito em julgado em 23.04.10, aguarda remessa para vara de origem.
2006.71.10.001844-6	1ª Vara Federal de Pelotas	baixado	10/04/2006	Josapar	Delegado da Receita Federal	Valor da causa: R\$ 10 mil	Mandado de segurança que pretendia a expedição de negativa de débitos por parte da Receita Federal. Exaurido o processo foi baixado.
2006.71.10.001885-9	1ª Vara Federal de Pelotas	baixado	10/04/2006	Josapar	Delegado da Receita Federal	Valor da causa: R\$ 10 mil	Mandado de segurança que pretendia a expedição de negativa de débitos por parte da Receita Federal. Exaurido o processo foi baixado.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos
11040.000241/2003-50	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	31/03/2003	Receita Federal	JOSAPAR	Valor envolvido R\$ 1.129.141,96 (principal+multa+juros). Foi arrolado como garantia o Imóvel matriculado sob número 2.280 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Pelotas.	Lançamento de CSLL decorrente de glosa da compensação de cálculo negativa - Ineficácia Tributária de Operação Incorporação. Julgado procedente o julgamento. Interposto voluntário. Recurso voluntário incluído na pauta de julgamento dia 18/05/2010 (1ª Seção/2ª Turma da 5ª Câmara).
11040.001458/2004-68	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	19/01/2005	Receita Federal	Josapar	Valor envolvido : R\$ 1.887.088,68 (principal+multa+juros). Foi arrolado como garantia o imóvel matriculado sob número 28.094 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Pelotas.	IRPJ/CSLL - Glosa da dedução das despesas financeiras especialmente juros, encargos e variações nas bases de cálculo dos tributos, incidente sobre a renda, mediante a desconsideração dos negócios jurídicos, que as partes contratualmente realizaram para internalizar os bens numerários, oriundos do programa de comercialização. Decisão julgando procedente o lançamento voluntário com arrolamento de bem imóvel. Na 7ª Câmara de Recurso do Conselho de Contribuintes. Acórdão 107-08867, por unanimidade, rejeitando as preliminares de nulidade. Quanto ao IRPJ, por unanimidade, acolhendo a preliminar de decadência dos tributos do ano-calendário de 1998 e rejeitando a preliminar de decadência quanto ao ano de 1999. Quanto à CSLL, por maioria, rejeitando a preliminar de decadência. E, no mérito, por unanimidade, rejeitando o provimento ao recurso de IRPJ e CSLL. Petição requer cancelamento do arrolamento declarado de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Ciência do acórdão 107-08867. Interposto recurso especial à CSRF. Desde 06.10.2009, processo encaminhado à CSRF para julgamento do recurso especial. Desde 02.11.2009, processo movimentado para SERVIÇO DE CONTROLE DE ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - DR/DA-RS para intimação e despacho.
11040.000983/2001-13	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	09/10/2006	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.419.597,85 (principal+multa+juros). Em 30.11.2006 foi pago o valor total de R\$ 103.014,44, referente ao saldo devedor principal acrescido de multa e juros SELIC, decorrente da compensação a maior de COFINS com créditos de IRRF s/ aplicações financeiras no ano calendário de 2000.	Compensação do crédito (1) de IRRF s/ aplicações financeiras e débitos de PIS/COFINS; e (2) de IRPJ do ano de 1996 com o próprio imposto, mas que, por equívoco, constou na DCTF de 2000, o que ocasionou o indeferimento do pleito de compensação deste período. Interposto recurso voluntário. Decisão julgando procedente o julgamento. Na 5ª Câmara do 1º CC. Na sessão de julgamento de 13.06.2007, convertido o julgamento em diligência. Desde 22.07.2009, encaminhado para o CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS - CSRF. Desde 03.11.2009, encaminhado para o SERVIÇO DE CONTROLE DE ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - DR/DA-RS para intimação e despacho.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos
11080.007836/2006-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	22/11/2006	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.419.597,85 (principal+multa+juros).	Trata-se de Pedido de Restituição/ Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente da apuração trimestral indeferido em função de Interposição de Manifestação de Inconformidade. No Conselho de Contribuintes-MF-DF. Desde 21.10.2008, processo encaminhado para REP CONSELHO CONTRIBUINTES - CAMPINAS. Desde 01.04.2010, processo encaminhado ao CONSELHO ADM.T RECURSOS FISCAIS-MF-DF.
11040.001264/2000-77	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	22/11/2006	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 963.120,65 (principal+multa+juros)	Trata-se de Pedido de Restituição/ Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente de apuração, parcialmente deferido Interposição de Manifestação de Inconformidade. Interposto recurso voluntário Para o Primeiro Conselho de Contribuintes-MF-DF, PFCAMARA. Desde 17.10.2008, para Relatório do Conselheiro João de Lima Júnior. Desde 01.04.2010, processo encaminhado ao CONSELHO ADM REC FISCAIS-CAMPINAS-São Paulo CONSELHO ADM RECURSOS FISCAIS-MF-DF.
11080.900076/2009-57	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	26/02/2009	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.555.109,20 (principal+multa+juros)	Trata-se de saldo negativo da CSLL de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não consta do Relatório DIPJ 2004. Em 26.02.2009, protocolo de Manifestação de Inconformidade perante a RFB de Porto Alegre, RS. Desde 20.11.2009, processo encaminhado para SERVIÇO ORIENTADOR DE ANÁLISE TRIBUTÁRIA DRFPOA-RS.
11080.900075/2009-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância		Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 5.953.386,02 (principal+multa+juros).	Trata-se de saldo negativo do IRPJ de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não corresponde àquele declarado no Relatório DIPJ 2004. Em 26.02.2009, protocolo de Manifestação de Inconformidade perante a RFB de Porto Alegre, RS. Desde 20.11.2009, informado que o processo está no SERVIÇO ORIENTADOR DE ANÁLISE TRIBUTÁRIA DRFPOA-RS.
11080.010828/2005-62	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	14/12/2005	Delegacia da Receita Federal	Josapar	PIS R\$ 1.371.529,46 COFINS R\$ 6.102.121,57	Em 15/02/2008, a 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal julgou em Porto Alegre, indeferiu a Impugnação da empresa. Em 04/04/2008, inconformada com a referida decisão, a empresa apresentou Recurso Voluntário. Em 05/02/2009, foi apresentado ao Recurso Voluntário apresentado pela empresa. Aguarda intimação da decisão.
643855-4	Processo Administrativo	1ª Instância	21/08/2005	Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná	Josapar	R\$ 19.938,91	Em 14/09/2009, o Auto de Infração nº 171/09 foi julgado improcedente. Aguarda intimação da empresa.
0127-010403/2008	Processo Administrativo	2ª Instância (TARF)	08/07/2008	Secretaria da Fazenda do Distrito Federal	Josapar	R\$ 750.185,24	Em 22/04/2009, contra indeferimento do Recurso Voluntário, a empresa apresentou Recurso Voluntário ao TARF. Aguarda julgamento do Recurso Voluntário.
103.0004389-4	1ª Vara Cível de Cachoeira do Sul	1ª Instância	05/06/2002	Janaína Jardim Lopes	Josapar	R\$ 190.726,00	Efetuamos o pagamento mensal do acordo correspondente aos salários mínimos nacionais mensais aos autores. Prazo de prestação: abril/2013

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos
2002.2004046757-9	17ª Vara Cível de João Pessoa-PB	1ª Instância	29/09/2004	Pegasus Representações e Serviços	Josapar	R\$ 6.833,17	Aguarda produção de prova testemunhal pericial
12.751/04	6ª Vara Cível de Feira de Santana-BA	2ª Instância	02/02/2004	Racla Comercial de Alimentos	Josapar	Ação indenizatória julgada parcialmente procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento de R\$ 16,740 mil	Aguarda julgamento do pedido de reconsideração da decisão, negou seguimento ao Recurso Especial.
1.2004.022633-7	30ª Vara Cível de Recife	2ª Instância	27/08/2004	Refrescos Guararapes	Josapar	Ação cautelar de exibição de documentos julgada procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento dos honorários de sucumbência no montante de R\$ 2 mil	Aguarda julgamento da apelação
001/2.05.0003017-6	30ª Vara Cível de Recife	2ª Instância	24/02/2005	Refrescos Guararapes	Josapar	Ação indenizatória julgada procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento de R\$ 40 mil	Aguarda julgamento da apelação
022/1.06.0018161-9	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	17/10/2006	Cíntia Elena da Silva e Outros	Josapar	Processo suspenso a pedido da autora.	Processo aguarda produção de prova em contestada.
473377	1ª Vara Cível de São José do Rio Preto	2ª Instância	3/9/2007	Orozimbo Osório e outros	JOSAPAR	Ação julgada parcialmente procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento de indenização no valor de R\$ 74.700	Aguardamos o julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo
023451-3	8ª Vara Cível de Santos-SP	baixado	12/05/2008	Andréia Crisitna Batista Barbosa	Josapar	Ação julgada improcedente. Transitada em julgado.	Sentença de improcedência transitada e julgada.
1021/2008	Juizado Especial Cível de Cuiabá (centro)	2ª Instância	30/4/2008	Elza Aparecida Moringo	JOSAPAR	Ação julgada procedente, condenando a Josapar ao pagamento de verba indenizatória no valor de R\$ 16.600,00	Aguardamos julgamento do Recurso nominado pelas Recursais do Estado do Mato Grosso.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos
2210.900.159.589	3ª Vara do Trabalho de Pelotas	baixado	13/09/2007	Isabel Cristina Heimberg Possas	JOSAPAR		Ação trabalhista julgada improcedente. Transitada em Processo arquivado.
0731-2004-101-024-00-0	1ª Vara do Trabalho de Pelotas	1ª Instância	02/07/2004	Soli Fonseca da Silva	JOSAPAR		Processo em fase de execução de sentença. Aguarda apresentação de memória de cálculo pelo perito

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2009:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (>R\$ 50 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos
				Autor (a)	Ré		
2008.71.00.018531-3	2ª Vara da Federal Tributária de Porto Alegre	2ª Instância	29/07/2008	Real	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.750.459,40	A ação busca o reconhecimento da nulidade do recurso voluntário interposto nos autos do processo para que seja processado o recurso especial com a consequente desconstituição da CDA. As autoridades coatoras apresentaram pareceres remetidos ao MPF e desfavoráveis com pareceres sentença denegando a segurança, da qual a 4ª Região. Autos remetidos à Fazenda Nacional contra-razões ao recurso da Empresa. Distribuído se conclusos desde 02.08.2009.
11080.003955/2000-75	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	02/06/2000	Receita Federal	Real	Valores envolvidos: R\$ 141.711,93 (1) ; R\$ 1.206.214,12 (2) e R\$ 246.490,08 (3). Nestes processos foi arrolado como garantia um prédio comercial e respectivo terreno para estacionamento, registrados na 2ª Zona de Porto Alegre, Livro nº 2, matrículas nº 103.931, 110.863, 110.865, 110.866, 110.867, 110.868 e 110.869, de valor total de R\$ 1.117.238,72 em 29/11/2004.	Trata-se de compensação de base de cálculo do limite legal de 30%. Acórdão DRJ/POA n. 1181/04 julgando Recurso Voluntário ao por maioria, negando Petição requerendo o cancelamento do a inconstitucionalidade por STF (ADI 1.976/DF) especial à CSRF. Desde 26.09.2008 o processo movime CSRF. Desde 02.12.2008 processo movime SERV CONTROLE ACCOMPANHAMENTO T Intimação n. 1.302/2009/SECAT/COB, parcial do recurso especial interposto, na instância superior (i) sobre os efeitos na diferença da correção monetária do IPC/BTNF das despesas diferidas relativas a diferença IPC/BTNF na sucedida por incorporação, pode aproveitar tais encargos, senão se o vedadas pela mesma a aproveitar. Desencaminhado ao CONSELHO ADMINISTRATIVO para julgamento do recurso especial.
11080.000498/2002-54	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	04/01/2002	Receita Federal	Real		Trata-se de lançamento de IRPJ decorrente Lucro Real em virtude da exclusão, no correspondentes a despesas com depreciação diferença IPC/BTNF, Lei n. 8.200/91, art. resultado fiscal da incorporada Supermercado Julgando procedente o lançamento. Recurso negado provimento ao recurso. Petição requer arrolamento face a sua declaração de inconstitucionalidade (ADI 1.976/DF). Com a interposição de Recurso 14.07.2008, processo encaminhado em DÍVIDA ATIVA UNIÃO-PRFN-4 REGIÃO-RS 2008.71.00.018531-3 e busca o reconhecimento intimação da decisão do recurso voluntário PAF, para que seja processado o recurso especial interposto, com a consequente desconstituição da CDA. 00.2.08.001054-30.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos
				Autor (a)	Ré		
11080.000497/2002-18	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	03/01/2002	Receita Federal	Real		Trata-se de lançamento de CSLL decorrente de sua base de cálculo em virtude da exclusão, correspondentes a despesas com depreciação e diferença IPC/BTNF, Lei n. 8.200/91, art. 1º, inciso III, alínea "a", e Lei n. 8.200/91, art. 1º, inciso III, alínea "b", resultando em uma base de cálculo superior ao resultado fiscal da incorporada Supermercado. O lançamento de CSLL foi considerado pelo Julgado procedente o lançamento. Recurso provido ao recurso. Petição requer o cancelamento - declaração de inconstitucionalidade (art. 101-95966-1.976/DF). Ciência do Acórdão 101-95966-1.976/DF. Desde 26.09.2008, após admissão à CSRF. Desde 26.09.2008, após admissão encaminhado à CSRF para julgamento do recurso (confirmado de recurso). Desde 26.09.2008, após admissão encaminhado ao CARF.
027/1.05.0038115-4	1ª Vara da Fazenda Pública de Santa Maria	1ª Instância	27/09/2009	Município de Santa Maria	Real	R\$ 306.000,00	Processo julgado extinto em face do pagamento.
027/1.08.0022890-4	1ª Vara da Fazenda Pública de Santa Maria	1ª Instância	10/12/2008	Município de Santa Maria	Real	R\$ 855.872,65	Aguarda citação da empresa.
022/1.05.0023070-7	3ª Vara Cível da Comarca de Pelotas	1ª Instância	13/04/2004	Concretos Carvalho Ltda.	Real	R\$ 182.985,81	Execução suspensa até julgamento final (foram julgados improcedentes em 1º grau de jurisdição - TJ, Interpusemos Recurso Especial).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas do emissor da Companhia e de suas Controladas

- a) Juízo: 7ª. Vara Cível de Porto Alegre – RS
- b) Instância: 1ª.
- c) Data de instauração: 17/06/2009
- d) Partes do processo: Autor: João Carlos de Oliveira Júnior (acionista e ex-conselheiro) x Companhia (ré)
- e) Valores envolvidos: R\$ 139.431,20
- f) Principais fatos: cobrança de honorários de Conselheiro
- g) Chance de perda: possível
- h) Análise do impacto da perda: mínimo para as finanças da empresa
- i) Valor provisionado: não há

4.5. Impactos no caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte

Não se aplica à Companhia.

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para seu negócio

Não se aplica à Companhia.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

4.7.1. Plano de readequação fiscal

Seguindo a política de reduzir contingências fiscais, já adotada pela Companhia em relação ao REFIS e ao PAES, no exercício de 2009 a empresa aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB.

A Companhia optou por não incluir o saldo remanescente do PAES, Lei 10.864/03 novo parcelamento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 era de MR\$ 2.531 (MR\$ 3.121 em 31/12/2008).

O total dos débitos, objeto do novo programa, monta MR\$ 21.621, já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2009 é de MR\$ 1.356, resultado da composição, ainda pendente de consolidação junto a PGFN/RFB, conforme o quadro a seguir:

Composição do Refis-Lei 11.941/2009:

Tributos	Valor líquido após benefícios da lei 11.941	Liquidados com Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos Fiscais	Liquidados com Depósitos Judiciais	Pagamento à vista RFB PGFN INSS	Pagamento Parcela RFB PGFN INSS	Atualização Monetária Selic até 31.12.2009	Saldo em 31.12.2009 para parcelamento Mínimo em 180 vezes
PIS-RFB	2.620	(17)	(1.969)	(634)	-	-	-
COFINS-RFB	11.446	(2.406)	(3.423)	(5.617)	-	-	-
INSS-RFB	238	-	(227)	(10)	(1)	-	-
IRPJ-RFB	4.325	-	(3.687)	-	(1)	9	646
CSLL-RFB	1.875	-	(1.175)	-	-	10	710
IRRF-RFB	648	(67)	-	(581)	-	-	-
CSRF-RFB	16	-	-	(16)	-	-	-
IRPJ-PGFN	115	-	(115)	-	-	-	-
CSLL-GFN	300	-	(290)	(10)	-	-	-
IRPJ-PGFN	38	-	(38)	-	-	-	-
	21.621	(2.490)	(10.924)	(6.868)	(2)	19	1.356

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados

Não se aplica à Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;

- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;

- Acontecimentos e percepção de riscos em outros países, sobretudo Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (97% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e *spread's* bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2009, MR\$ 261.379 (controladora). A Controlada não tem dívida relevante para suas operações (MR\$ 0,2 em 31/12/2009).

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770/96. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de *SWAP* para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a MR\$ 4.464 em 31/12/2009.

Os empréstimos contratados pela Controladora diretamente em moeda estrangeira são equivalentes a MUS\$ 5.330 (MR\$ 9.281 em 31/12/2009), e estão representados por financiamentos de importação - cujos encargos incluem variação cambial acrescida de spread bancário; e provisão para discussão judicial com a *IFC – International Finance Corporation*, cujo valor divergente remanescente em 31.12.2009 MR\$ 6.244 e está contabilmente provisionado.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho Fiscal ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A empresa percebe que os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira seguem em linha com o que apontavam as projeções do Banco Central e demais instituições financeiras domésticas ao final do exercício passado, com a elevação da taxa interna de juros com objetivo de conter pressões inflacionárias. A exceção está na robustez do nível de crescimento e aceleração econômica local, o que pode influenciar positivamente o volume de venda de nossos produtos.

As políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida.

5.4. Outras informações relevantes – Riscos de Mercado

Não se aplica à Companhia.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	03/12/1973
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

Fundada em 1973 (antiga Suprarroz S/A Indústria e Comércio) com capacidade instalada de processamento de 20.000 toneladas de arroz em casca ao ano, a Josapar se tornou, em virtude de qualidade de seus produtos e dos constantes investimentos, uma grande companhia de alimentos, uma das maiores processadoras de arroz e feijão do país, com capacidade instalada para processar em torno de 770.000 toneladas anuais de matéria prima de arroz em suas 6 unidades operacionais.

Visando o aproveitamento integral do grão de arroz, inaugurou em 1980 a unidade de arroz parboilizado e em 1984, a unidade de produção de farinha, a partir dos grãos quebrados no processo de beneficiamento.

Em 1987 a Companhia expandiu a capacidade das unidades existentes, localizadas em Pelotas e em 1989, inaugurou sua nova unidade de Itaqui, atendendo a crescente demanda por seu produtos.

No início dos anos 90, com o alargamento da fonte de suprimentos, a empresa construiu duas Unidades de Reprocessamento (chamadas URP), com o objetivo de ajustar as fontes de suprimentos ao padrão adequado de qualidade de seus produtos, acrescentando 81.000 toneladas anuais em sua capacidade de produção.

Em março de 1992, a capacidade de Itaqui foi ampliada em 240.000 toneladas anuais, objetivando a participação da crescente expansão da produção de arroz na Argentina e da criação do Mercosul.

Com as unidades de Pelotas e Itaqui, a Josapar participa dos mercados em mais de 80% das regiões produtoras de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1998 a Companhia iniciou projeto de ampliação, modernização e implantação de novos complexos industriais em Pelotas e Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, projetos integralmente conclusos ao final do ano 2000.

Neste mesmo ano entrou em operação a Unidade de Pernambuco, com capacidade para beneficiar 80 mil toneladas anuais de arroz com casca.

Entre 2005 e 2010, realizou investimentos de ampliação e atualização tecnológica na ordem de mais de R\$ 90 milhões, passando a ter capacidade de armazenamento estático de matéria-prima de 250.000 toneladas, representando mais de 5 milhões de sacos de arroz, e dando seqüência a premissa estratégica de possuir estruturas adequadas para oferecer o melhor arroz do Brasil a seus consumidores, através de 9 filiais comerciais (PR, SP, RJ, DF, MG, BA, CE, MA, PA) e mais de 80.000 pontos de venda em todo o território brasileiro.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado pela Companhia ou qualquer de suas controladas, indicando:

Para o item em referência, a Companhia identifica um único evento nos últimos 3 exercícios sociais, discriminado nos itens abaixo.

a) Evento

Compra de ações da Companhia pelo principal controlador, Peroli S/A Participações.

b) Principais condições do negócio

O controlador da Companhia, Peroli S/A Participações, identificando um período de pouca valorização dos valores mobiliários no Brasil, procurou durante os anos de 2007, 2008 e 2009 adquirir lotes de ações ordinárias e preferenciais da Companhia disponíveis no mercado com a finalidade de consolidar e fortalecer seu controle.

c) Sociedades envolvidas

Peroli S/A Participações e ações disponíveis no mercado da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, até então sob propriedade de investidores diversos.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; e e) quadro societário antes e depois da operação:

Participação – Peroli S/A Participações ANTES das operações	Quantidade	%
Ações ordinárias – JOPA3	5.616.176	53,74%
Ações preferenciais – JOPA4	0	0%
Total	5.616.176	53,07%

Participação – Peroli S/A Participações APÓS as operações	Quantidade	%
Ações ordinárias – JOPA3	6.161.976	58,96%
Ações preferenciais – JOPA4	500	0,38%
Total	6.162.476	58,23%

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 Informações de Pedido de Falência Fundado em valor relevante ou de Recuperação judicial ou extrajudicial

Não se aplica à Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes - Histórico

Não se aplica à Companhia.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do mundo e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detentora da marca líder do segmento de arroz branco Premium do país – Tio João, há 30 anos líder de vendas e há 10 anos a marca mais lembrada em pesquisas de *Top Of Mind*.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar diversas marcas relacionadas na linha de arroz branco, arroz parboilizado e integral, farelo, farinha de arroz, linhas de facilitadores e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil Tio João, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, além de feijão em todas as suas variedades com a marca Biju. Desde a década de 80 possui uma unidade de fertilizantes, com a marca Organo NPK, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com a marca Suprasoy.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais – vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

- Controladora:

Distribuição da receita por segmento - CONTROLADORA	2009	2008	2007
Arroz Branco	53%	53%	55%
Arroz Parboilizado	13%	13%	11%
Produtos semi-prontos / agregados de arroz	3%	2%	2%
Adubo	10%	10%	5%
Feijão	3%	4%	4%
Divisão Soja	5%	4%	5%
Demais produtos	13%	14%	18%
Total	100%	100%	100%

- Controlada: Não aplicável, atua em segmento específico.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável à Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Características dos produtos e serviços da Companhia (Controladora)

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 95% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim do mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes de mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. E nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, secagem, classificação e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. A compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos 5 anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz.

A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, os adequando ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

Processos de produção:

Beneficiamento de arroz branco: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em descascamento, polimento, separação, eletrificação, brilhamento e empacotamento;

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Beneficiamento de arroz parboilizado: a parboilização é um processo de tratamento térmico dado ao grão do arroz em casca antes do beneficiamento e envolve seis estágios principais: limpeza, encharcamento, autoclavagem, secagem, beneficiamento e empacotamento. O processo resulta numa menor perda dos elementos nutritivos do arroz;

Beneficiamento de feijão: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em: polimento, separação, eletrização, brilhamento e empacotamento.

Processos de Industrialização:

Farinha de Arroz: a matéria-prima básica deste produto é o arroz quebrado, sendo que o processo retira deste arroz a totalidade das impurezas, por sistema físico e eletrônico, inclusive as impurezas leves. Seguem-se a moagem do grão, classificação granulométrica e o tratamento térmico necessário de inativação. A farinha de arroz pode ser utilizada para fins alimentares, (em molhos, sopas, recheios de tortas, papas infantis, etc.), como substituto da farinha de trigo convencional e, também, na atividade industrial, na siderurgia e outras.

Arroz parboilizado *Boil-in-bag*: produzido a partir da seleção diferenciada da matéria prima do arroz parboilizado, seu processo constitui, especialmente, além da parboilização própria para esta linha, do acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr.

Cozinha Fácil Tio João: componente da linha facilitadores de cozinha, seu processo de produção consiste na mistura do arroz parboilizado com temperos, condimentos e outros cereais desidratados e o acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr. É produzido em cinco variedades, à grega, com *funghi*, com *curry*, com ervas finas, e com brócolis.

Linha soja:

a) Alimentos em pó Supra-Soy: linha de bebidas a base da proteína isolada da soja, resultado de parceria com a The Solae Company, consiste na mistura das diferentes receitas e embalagem do pó (leite em pó) em latas e saches.

b) Barras Protéicas Supra-Soy: as barras também oferecem 7 gr. de proteína isolada de soja e estão disponíveis nos sabores banana; damasco e frutas amarelas; maçã com canela e uva passa; morango com chocolate ao leite; e laranja com chocolate ao leite. Feitas a base de crispies de proteína isolada de soja, aliam importante quantidade de proteína vegetal (7 gr.) com uma inovadora combinação de crocância e o delicioso sabor das frutas naturais.

Cozinha e Sabor Tio João: seu processo produtivo consiste na mistura de tipos especiais de arroz com temperos e condimentos e componentes de cozinhas típicas como o charque para o arroz de carreteiro, a galinha para o arroz com galinha, e queijos para os risotos.

Variedades Mundiais Tio João: o processo produtivo é o mesmo do arroz branco, utilizando quatro tipos diferentes de arroz como matéria prima, o arroz arbório, o sasanishiki, o jasmini e o selvagem. Em embalagens práticas e sofisticadas, destina-se a segmentos de mercado de alta gastronomia.

Arroz Tio João Integral: no processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz Tio João Integral Orgânico: é produzido sem agrotóxicos ou produtos químicos. No processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Arroz tio João + Vita: o Arroz Tio João + Vita é um produto *premium*, sem similar no mercado. Ele é um produto enriquecido com vitaminas A, B1, PP, B9, Ferro e Zinco, e fonte de vitamina B12.

Tio João 7 Cereais e Tio João 7 Cereais + Soja: é a mistura de arroz integral, aveia integral, cevada integral, trigo, centeio, triticale, arroz selvagem e no segunda produto, mais nutrientes da soja.

Adubo Químico: a empresa promove a aquisição dos componentes tradicionais de adubos (fosfato e derivados, nitrato de amônio e cloreto de potássio), e desenvolve as misturas necessárias para cada formulação específica.

Adubo Organo-Mineral: o produto é constituído de 50% de matéria-prima orgânica, (turfa e linhito) e, 50% de matéria-prima mineral, componentes dos adubos químicos. Seu processo físico e químico resulta em fertilizantes na forma de grânulos, com firme consistência e tamanho uniforme.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda.

A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado

A organização é líder de mercado no segmento de arroz branco no país com a marca Tio João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados

A Companhia está inserida em mercado extremamente pulverizado em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos.

O mercado competitivo é sensível a variação de preços da matéria prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços

Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma *commoditie*, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no último exercício social (2009), informando:

- a) Montante total de receitas provenientes do cliente
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Não há no último exercício social cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os Efeitos Relevantes da Regulação Estatal nas atividades.

Não aplicável à Companhia.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Descrever as Receitas Relevantes Provenientes no Exterior

Não aplicável à Companhia.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Informar os efeitos da Regulação Estrangeira nas Atividades.

Não aplicável à Companhia.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8 Descrever as Relações de Longo Prazo Relevantes

Não aplicável à Companhia.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes - Atividade

Não aplicável à Companhia.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia

a) Controladores diretos e indiretos

Peroli S/A Participações, controle direto, pessoa jurídica detentora de 6.161.976 ações ordinárias da Companhia, o que representa 58,96% do total das ações com direito a voto, e 58,23% da totalidade das ações da organização.

b) Controladas e coligadas

Conforme já informado, a Companhia possui uma controlada chamada Real Empreendimentos, que atua na área de comércio e administração de imóveis, com participação de 54,71%, e uma *offshore*, denominada Josapar International, criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros e sem operação desde 1999.

c) Participações da Companhia em sociedades do Grupo

Não aplicável à Companhia.

d) Participações de sociedades do Grupo na Companhia

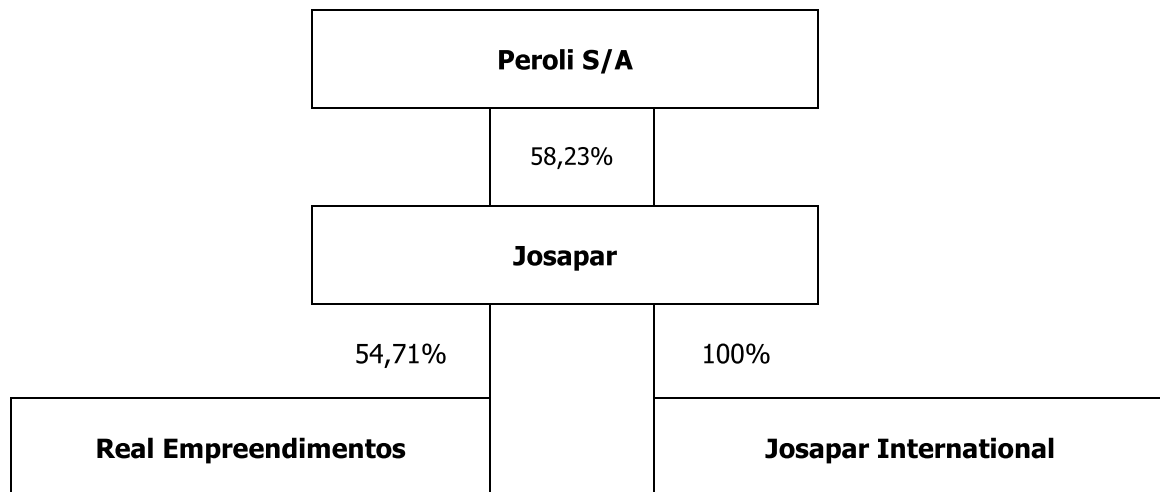
Não aplicável à Companhia.

e) Sociedades sob controle comum

Não aplicável à Companhia.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do Grupo econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	04/05/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Compra de ações pelo Principal Controlador- Peroli
Descrição da operação	Compra de Ações da Josapar disponíveis no mercado de propriedade de Investidores Diversos pela principal Controladora da Companhia -Peroli S/A Partições que aumentou sua participação de 53,07% para 58,23%.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Outras informações relevantes – Grupo Econômico

Não aplicável à Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia no último exercício social****a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização****Quadro dos ativos mais relevantes**

Ativos relevantes – Controladora	% no ativo não circulante
Unidade Fabril Vila Princesa – Pelotas – RS	28%
Unidade Fabril Itaqui – Itaqui – RS	33%
Unidade Química – Pelotas – RS	2%
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar – RS	7%
Unidade Centro – Pelotas – RS	2%
Unidade Exportação – Pelotas – RS	1%
Unidade URP - Pelotas – RS	1%

Ativos relevantes – Controlada	Valor no ativo não circulante
Monet Plaza Shopping – Santa Maria – RS	13%
Loja Jose de Alencar – Porto Alegre – RS	6%
Loja Teresópolis – Porto Alegre – RS	8%
Loja BIG Rio Grande – RS	5%
Loja Big Novo Hamburgo – RS	6%
Zona Sul Strip Center – Porto Alegre – RS	4%
24 de Outubro – Porto Alegre – RS	5%

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**b) Patentes, marcas, licenças, concessões, fraquias e contratos de transferência de tecnologia, informando (i) duração, (ii) território atingido**

MARCAS PROPRIAS	PRAZO DE UTILIZAÇÃO	TERRITÓRIO
BELEZA	Indeterminado	Brasil
TIO JOÃO	Indeterminado	Brasil
TIO MINGOTE	Indeterminado	Brasil
BIJU	Indeterminado	Brasil
NÚMERO 1 ORGANO NPK	Indeterminado	Brasil
IMPACTO	Indeterminado	Brasil
SUPRARROZ	Indeterminado	Brasil
SUPRAFÉRTIL	Indeterminado	Brasil
EXTRA	Indeterminado	Brasil
BATACLAN	Indeterminado	Brasil
PUPPY	Indeterminado	Brasil
SUPREMO	Indeterminado	Brasil
NO PONTO SUPRARROZ	Indeterminado	Brasil
CREMOSITO	Indeterminado	Brasil
COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	Indeterminado	Brasil
CAIAQUE	Indeterminado	Brasil
AMITEC	Indeterminado	Brasil
PIACH	Indeterminado	Brasil
AMARELITO	Indeterminado	Brasil
AMARELINHO	Indeterminado	Brasil
COZINHA VIVA	Indeterminado	Brasil
PEDRINHO	Indeterminado	Brasil
CLÁSSICA	Indeterminado	Brasil
MAESTRA	Indeterminado	Brasil
SUPRA	Indeterminado	Brasil
NIKKOH	Indeterminado	Brasil
BIJU PRONTÍSSIMO	Indeterminado	Brasil
KOSHIHIKARI	Indeterminado	Brasil
OSASANISHIKI	Indeterminado	Brasil
JOSAPAR SUPRA	Indeterminado	Brasil
SUPRA SOY	Indeterminado	Brasil
SOYPLUS	Indeterminado	Brasil
SUBSTRATO AGRÍCOLA	Indeterminado	Brasil
ARROZ NO PONTO	Indeterminado	Brasil
CONFIGURAÇÃO APLIC ESPOSITOR / ALIMENTOS	Indeterminado	Brasil
COZINHA & SABOR TIO JOÃO	Indeterminado	Brasil
SUBSTÂNCIA HÚMICA (PATENTE)	Indeterminado	Brasil
BIJU PRONTÍSSIMO	Indeterminado	Brasil
NUMERO 1 ORGANO – NPK	Indeterminado	Brasil
FORTYCAT	Indeterminado	Brasil
FORTYDOG	Indeterminado	Brasil
FRENZY	Indeterminado	Brasil
SUPRA MILK	Indeterminado	Brasil
TIO JOÃO ORGÂNICO	Indeterminado	Brasil
TIO JOÃO VITA	Indeterminado	Brasil
VARIETADES MUNDIAIS TIO JOÃO ARROZ SELVAGEM	Indeterminado	Brasil
CONTROLADA:		
BIG SHOPPING CENTER	Indeterminado	Brasil
SHOPPING 24 DE OUTUBRO	Indeterminado	Brasil
MONNET PLAZA SHOPPING	Indeterminado	Brasil
SHOPPING PELOTAS	Indeterminado	Brasil
MULTICENTER	Indeterminado	Brasil
BIGCENTER	Indeterminado	Brasil

iii) Eventos que podem causar perda dos direitos relativos a tais ativos

Não aplicável.

iv) Possíveis conseqüências da perda de tais direitos pela Companhia

Não aplicável.

c) Informações sobre sociedades em que a Companhia tenha participação**i) Denominação social**

Controlada 1: Real Empreendimentos S/A

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Controlada 2: Josapar International

ii) sede

Controlada 1: Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre – RS.

Controlada 2: 4º Andar, Anderson Square Building, Shedden Road, George Town, Grand Cayman, Cayman Islands – British West Indies.

iii) Atividades desenvolvidas

Controlada 1: Tem origem na organização patrimonial dos imóveis da Família Oliveira, atua na área de comércio e administração de imóveis e na exploração de *shopping centers*. Possui um shopping Center em Santa Maria – RS, denominado Monet Plaza Shopping, uma estrutura de lojas satélites a uma operação de varejo em Porto Alegre, denominada Zona Sul Strip Center, e desde a alienação da operação de supermercados por parte do Grupo Josapar ao o Grupo Português Sonae em 1997, passou a deter um contrato de locação de 13 das principais operações para o grupo varejista, contrato este hoje vigente com o sucessor do Sonae, WMS Supermercados Sul Ltda (WalMart).

Controlada 2: operação *offshore* criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros – tendo preparado e formalizado um Programa de *Euro Commercial Paper* em 1997, onde a garantidora era Josapar. Programa totalmente liquidado em 1999, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde àquele ano.

iv) Participação da Companhia

Na controlada 1, 54,71%; controlada 2, 100%.

v) Se a sociedade é controlada ou coligada

Ambas controladas.

vi) Se as controladas possuem registro na CVM

Não.

vii) Valor contábil de cada participação

Controlada 1 MR\$ 38.379; Controlada 2, MR\$ 0,1.

viii) Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

Não aplicável.

ix) Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

Empresa / valor de participação – MR\$	2009	2008	2007
Real Empreendimentos S/A	38.379	36.516	35.320
Josapar International	0,119	0,174	0,134

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**x) Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil**

Não aplicável.

xi) Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais pela controladora

Empresa / dividendo ou JCP recebido – MR\$	2009	2008	2007
Real Empreendimentos S/A	2.199	2.200	2.194
Josapar International	0	0	0

xii) Razões para aquisição e manutenção de cada participação

Controlada 1: Origem na organização dos imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Companhia, e em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.

Controlada 2: Origem específica na operação de captação de recursos no mercado internacional, já detalhada em itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Fabril Vila Princesa	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Fabril Itaqui	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Química	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Santa Vitoria do Palmar	Brasil	RS	Santa Vitoria do Palmar	Própria
Unidade Central	Brasil	RS	Unidade Central	Própria
Unidade Exportação	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Monet Plaza Shopping- Propriedade da controlada Real Empreendimentos S/A	Brasil	RS	Santa Maria	Própria
Loja José de Alencar - Propriedade da controlada Real Empreendimentos S/A	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Loja Teresópolis- Propriedade da controlada Real Empreendimentos S/A	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Loja Big Rio Grande- Propriedade da Controlada Real Empreendimentos S/A	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Loja Big Novo Hamburgo- Propriedade da Controlada Real Empreendimentos S/A	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Própria
Zona Sul Strip Center- Propriedade da Controlada Real Empreendimentos S/A	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Loja 24 de Outubro- Propriedade da Controlada Real Empreendimentos S/A	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BELEZA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	TIO MINGOTE	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	BIJU	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	NÚMERO 1 ORGÂNICO NPK	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	IMPACTO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUPRAFÉRTIL	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	EXTRA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	BATACLAN	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	PUPPY	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUPREMO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	NO PONTO SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	CREMOSITO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	CAIAQUE	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	AMITEC	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	PIACH	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	AMARELITO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	AMARELINHO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	COZINHA VIVA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PEDRINHO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	CLÁSSICA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	MAESTRA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUPRA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	NIKKOH	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	BIJU PRONTÍSSIMO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	KOSHIHIKARI	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	OSASANISHIKI	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	JOSAPAR SUPRA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUPRA SOY	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SOYPLUS	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUBSTRATO AGRÍCOLA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	ARROZ NO PONTO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	CONFIGURAÇÃO APLIC ESPOSITOR/ALIMENTOS	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	COZINHA & SABOR TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUBSTÂNCIA HÚMICA (PATENTE)	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	FORTYCAT	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	FORTYDOG	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FRENZY	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SUPRA MILK	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	TIO JOÃO ORGÂNICO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	TIO JOÃO VITA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	VARIEDADES MUNDIAIS TIO JOÃO ARROZ SELVAGEM	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	BIG SHOPING CENTER - CONTROLADA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SHOPPING 24 DE OUTUBRO - CONTROLADA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	MONNET PLAZA SHOPPING - CONTROLADA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	SHOPPING PELOTAS - CONTROLADA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	MULTICENTER - CONTROLADA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Marcas	BIGCENTER - CONTROLADA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Josapar Internacional	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Cayman Islands		Grand Cayman	Operação Offshore criada em 1997 com a finalidade de captar recursos estrangeiros.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2010	119.553,30		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	119.553,30		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Operação Offshore criada em 1997 com a finalidade de captar recursos estrangeiros- Tendo preparado e formalizado um programa Euro Commercial Paper em 1997, onde a garantidora era a Josapar. Programa totalmente liquidado em 19990, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde áquele ano.								
Real Empreendimentos S/A	92.213.552/0001-04	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Comercio e Administração de Imóveis e na Exploração de Shopping	54,710000
				Valor mercado	31/12/2010	38.497.695,15		
31/12/2009	0,000000	0,000000	2.199.000,00	Valor contábil	31/12/2009	38.497.695,15		
31/12/2008	0,000000	0,000000	2.200.000,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	2.194.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem na Organização de Imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Companhia, em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes – Ativos Relevantes

Não aplicável à Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Comentário dos diretores sobre condições financeiras e patrimoniais gerais:

O exercício de 2009 iniciou-se com grave financeira mundial, com cenário extremamente difícil e com inúmeras incertezas quanto aos impactos da crise mundial na economia brasileira. O ano transcorreu sob este clima, caracterizado pela queda no nível de atividade das principais economias, com impactos negativos na produção e no consumo. Entretanto a companhia demonstrando pró atividade e eficiência de sua gestão diante deste cenário global encerra o ano mantendo seus índices de desempenho em patamares compatíveis e com forte ação no tocante a manutenção e incremento de investimentos.

- Faturamento bruto de MR\$ 776.624 na controladora e de MR\$ 795.535 no consolidado;
- Lucro bruto de MR\$ 143.215 na controladora e de MR\$ 158.148 no consolidado;
- EBITDA de MR\$ 25.707 na controladora e de MR\$ 34.294 no consolidado;
- Lucro líquido de MR\$ 3.391 tanto na controladora quanto no consolidado;
- Saldo de disponibilidades de MR\$ 106.448 na controladora e MR\$ 137.816 no consolidado;
- Endividamento financeiro líquido (dívida financeira líquida) de MR\$ 154.931 na controladora e de MR\$ 123.757 no consolidado.

b) Comentário dos diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

Resgate de ações: não se aplica à Companhia.

c) Comentário dos diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida, cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis são adequados para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) Comentário dos diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia

Os investimentos em ativos não circulantes da Companhia são realizados através de financiamentos específicos. Em 2009 os investimentos realizados em 2009 foram financiados através de linhas do BNDES, em operações diretas e indiretas.

Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e executa um monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

e) Comentário dos diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Vide resposta da letra (d).

f) Comentário dos diretores sobre os níveis de endividamento e financiamentos relevantes

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Abaixo o quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2009.

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Em moeda nacional:						
Capital de giro	174.853	27.926	202.779	175.005	27.968	202.973
Investimentos	8.900	40.419	49.319	8.900	40.419	49.319
	183.753	68.345	252.098	183.905	68.387	252.292
Em moeda estrangeira:						
Capital de giro	3.037	-	3.037	3.037	-	3.037
Investimentos	6.244	-	6.244	6.244	-	6.244
	9.281	-	9.281	9.281	-	9.281
					-	
Total	193.034	68.345	261.379	193.186	68.387	261.573

- Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação dos Certificados Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de spread bancário;

- Os financiamentos de crédito rural, denominados de EGF, são contratados a taxa pré-fixada de 6,75% ao ano;

- Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Unidade Monetária IPCA (UMIPCA) acrescidas de spread bancário e em taxa de pré-fixada de 4,5% ao ano;

- A Companhia possui parte de seus financiamentos de capital de giro contratadas em linhas 2770/96. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira e desde a sua contratação foram convertidas para a variação do CDI através de contratos de *SWAP*;

- A Companhia não contratou e nem realizou operações financeiras classificadas como Derivativos.

ii) Comentário dos diretores sobre outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica à Companhia.

iii) Comentário dos diretores sobre o grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica à Companhia.

iv) Comentário dos diretores sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica à Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) Comentário dos diretores sobre os limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

h) Comentário dos diretores sobre alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2009 com 2008 foram:

- Redução do saldo de estoques (MR\$ 52.630 em 2009 contra MR\$ 120.388 em 2008):
- Incremento no imobilizado no valor MR\$ 35.916 em decorrência dos investimentos realizados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O faturamento da companhia está distribuído entre os diversos produtos da companhia. A composição do faturamento por linha de produtos em 2009 foi:

Arroz Branco	57,4%
Arroz Parboilizado	14,0%
Produtos Semi Prontos	12,3%
Feijão	3,1%
Adubo	9,3%
Demais Produtos	3,9%
Total	100,0%

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria prima do arroz.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

A redução do faturamento bruto (MR\$ 776.624 em 2009 contra MR\$ 877.450 em 2008), ocorreu em decorrência da variação do preço da matéria prima (arroz em casca). Outro fator foi a desvalorização cambial do dólar que impactou negativamente no faturamento das exportações.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (como energia elétrica, embalagens, mão de obra, prestação de serviços) e sempre que possível a Companhia busca adequar os reajustes aos índices de inflação.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica à Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica à Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica à Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**10.4. Os diretores devem comentar:****a) Mudanças significativas nas praticas contábeis**

A Companhia não adotou antecipadamente as normas do advento da Lei 11.638/07. A administração da organização está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica à Companhia.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica à Companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

- Estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis vigentes requer que a Administração faça estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Tais demonstrações incluem provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação da vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, provisões para impostos de renda e contribuição social.

- Provisão para contingências: A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e tributária decorrentes das atividades normais de seus negócios. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas de processos com desfechos desfavoráveis.

- Resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência e incluem os rendimentos e encargos calculados a índices ou taxas oficiais incidentes. Os ativos e passivos sofrem ajustes a valor de mercado ou de realização sempre que necessários.

- Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros existentes estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação, valorizados conforme descrito nas notas explicativas das demonstrações contábeis da Companhia. A companhia não contratou e nem realizou operações financeiras classificadas como Derivativos.

- Planos de Pensão: Não se aplica à Companhia.

- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica à Companhia.

- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica à Companhia.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possam prejudicar a análise das demonstrações contábeis.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Informar as Destinações de Recursos de Ofertas Públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica à Companhia.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

A Companhia entende não haver itens relevantes que não os evidenciados em nossas Demonstrações Financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica à Companhia

10.10 - Plano de negócios

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foram realizados investimentos em ativos imobilizados de MR\$ 35.916 em 2009 e de MR\$ 32.106 em 2008. Estes investimentos foram realizados, principalmente, com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento e estão concentrados nas unidades de Pelotas, Itaqui e Santa Vitória do Palmar, todas no estado do Rio Grande do Sul. Os investimentos futuros da Companhia continuarão a ser destinados para o processo de expansão e modernização dos equipamentos.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados em 2009 e 2008 foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações diretas e indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica à Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica à Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento

Não se aplica à Companhia.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica à Companhia.

iii) Projetos em andamento já divulgados

Não se aplica à Companhia.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica à Companhia.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores com influência relevante

Não se aplica à Companhia.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (*D&O – Directors and officers*), com o valor de cobertura limitado a R\$ 5 milhões.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. 2 Acompanhamento das Projeções

Não se aplica à Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de administração

Cabe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;
- b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;
- d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;
- e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;
- f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para feito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembléia geral e convocá-la;
- j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública "Comercial Papers";
- k) Apresentar à assembléia geral plano para outorga de opção de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;
- l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembléia geral;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destitui-lo;
- o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Companhia; (v) convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

- a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico-financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;
- c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;
- d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;
- e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;
- f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;
- g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;
- h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembléia Ordinária. A Data de instalação do Conselho Fiscal vigente fora a da última AGO realizada, em 28/04/2010.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembléias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;

- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor de Vendas e Logística: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de vendas, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembléias ordinárias e extraordinárias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Políticas e práticas das Assembléias Gerais

a) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

b) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre – RS.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia.

e) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não aplicável à Companhia.

f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Não aplicável à Companhia, e a Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

Não aplicável à Companhia.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembléias

Não aplicável à Companhia.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	DOERS E JC - RS	26/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERS E JC - RS	13/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DORS E JC - RS	22/06/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	DOERS E JC - RS	25/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DORS E JC - RS	09/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DORS E JC - RS	06/08/2009
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	DORS E JC - RS	20/03/2008
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DORS E JC - RS	02/02/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DORS E JC - RS	26/06/2008

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

b) Se existirem, as disposições do acordo nos acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho

Não aplicável à Companhia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não aplicável à Companhia.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Luis Augusto Barcellos Krause	47	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2010	01 ano
435.086.000-25	Engenheiro	19 -	28/04/2010	Sim
Marcelo Augusto Furlan dos Santos	42	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2010	01 ano
490.775.460-49	Administrador de empresas	19 -	28/04/2010	Sim
Ary Teixeira de Oliveira	70	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2010	01 ano
007.257.060-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2010	Não
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Junior	0	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2010	01 ano
419.258.150-72	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2010	Não
Lauro de Oliveira Lapa	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2010	01 ano
007.256.330-34	Comerciante	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2010	Sim
Sérgio Martins de Oliveira	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2010	01 ano
237.291.630-00	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2010	Sim
Augusto Lauro de Oliveira junior	52	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2010	01 ano
207.412.940-87	Advogado	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	28/04/2010	Sim
Diretor de Relações com Investidores				
Luciano Adures de Oliveira	46	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2010	01 ano
400.874.250-68	Engenheiro civil	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	28/04/2010	Sim
Diretor Presidente da Companhia				
Carlos Eduardo Lobato	0	Conselho Fiscal	28/04/2010	01 ano
285.713.390-15	Advogado	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	28/04/2010	Não
Edinaldo Elio Ribes	0	Conselho Fiscal	28/04/2010	01 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
314.722.220-91	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2010	Não
Jarbas Lima da Silva	0	Conselho Fiscal	28/04/2010	01 ano
423.544.800-59	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2010	Não
Leopoldo Henrique Krieger Schneider	67	Conselho Fiscal	28/04/2010	01 ano
004.710.620-49	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2010	Sim
Lucas Braga Eichenberg	0	Conselho Fiscal	28/04/2010	01 ano
943.161.390-53	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2010	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Luis Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25

Luiz Augusto Barcellos Krause, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado em Pelotas-RS, na Rua Domingos de Almeida, nº 1146 casa 03, CPF nº 435.086.000-25; exerceu nos últimos 5 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49

: Marcelo Augusto Furlan dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em Pelotas-RS, na Rua Gonçalves Chaves, 964, aptº 505, CPF 490.775.460-49; exerceu nos últimos 5 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitada sua prática de atividade profissional ou comercial.

Ary Teixeira de Oliveira - 007.257.060-15

Ary Teixeira de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado a Rua Alexandre Gastaud, 83, em Pelotas, RS, portador da Carteira de Identidade n.º 6.004.675.184, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob o n.º 007.257.060-15; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitada sua prática de atividade profissional ou comercial.

Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Junior - 419.258.150-72

Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Júnior, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Vitor Valpírio, 34, apto 101, em Pelotas – RS., inscrito no CPF nº 419.258.150-72, portador da cédula de identidade nº 5.002.572.179; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitada sua prática de atividade profissional ou comercial.

Lauro de Oliveira Lapa - 007.256.330-34

Lauro de Oliveira Lapa, português, viúvo, comerciante, residente e domiciliado a Rua Lucas de Oliveira, 1.311, apto. 901, em Porto Alegre, RS, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro n.º W170705-R-SSP-RS e inscrito no CPF sob o n.º 007.256.330-34; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Sérgio Martins de Oliveira - 237.291.630-00

Sérgio Martins de Oliveira, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Pedro Ivo, 102, apto 501, em Porto Alegre, RS, portador da Carteira de Identidade n.º 1.004.088.360, expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF n.º 237.291.630-00; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Augusto Lauro de Oliveira junior - 207.412.940-87

Augusto Lauro de Oliveira Júnior, brasileiro, casado, Advogado, residente e domiciliado na Rua Luiza Mazetto Baggio, 120 apto 601, Curitiba, PR, Portador da Carteira de Identidade n.º 5.008.220.161 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF n.º 007.256.500-44; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Luciano Adures de Oliveira - 400.874.250-68

Luciano Adures De Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado a Rua Bagé, 1199, apto 401 em Porto Alegre, Carteira de Identidade n.º 1.008.026.674 SSP-RS, CPF n.º 400.874.250-68; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Carlos Eduardo Lobato - 285.713.390-15

Carlos Eduardo Lobato, brasileiro, advogado, CPF 285.713.390-15. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Edinaldo Elio Ribes - 314.722.220-91

Edinaldo Elio Ribes, brasileiro, contador, CPF 314.722.220-91. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Jarbas Lima da Silva - 423.544.800-59

Jarbas Lima da Silva, brasileiro, contador, CPF 423.544.800-59. É Pós-Graduado em Finanças Empresariais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre (ESPM) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Luterana do Brasil no Rio Grande do Sul (ULBRA). Nos últimos 5 (cinco) anos, atua como sócio da empresa MOORE STEPHENS JARBASLIMA, FIORAVANTI, PUERARI AUDITORES E CONSULTORES S/S, cuja atividade principal é a prestação de serviços de auditoria e consultoria empresarial; Professor do curso de Ciências Contábeis na modalidade de Graduação, Pós-Graduação e Ensino a Distância (EAD) da Universidade Luterana do Brasil no Rio Grande do Sul (ULBRA). Conselheiro Fiscal da Josapar Joaquim Oliveira S.A. Participações. Já atuou como Auditor nas empresas Arthur Andersen e Coopers & Lybrand Auditores e Consultores e como Diretor Geral de Finanças da PURAS DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA, do ramo de alimentação empresarial. Informa que não há qualquer condenação criminal em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e comerciais.

Leopoldo Henrique Krieger Schneider - 004.710.620-49

Leopoldo Henrique Krieger Schneider, brasileiro, contador, CPF 004.710.620-49. Experiência profissional: Desde outubro de 2004 Diretor Estatutário até maio de 2006. E de janeiro de 2006 até abril de 2006 Conselheiro de Administração da TeleHumana S/A; Conselheiro de Administração da BSF Engenharia Ltda. no período de agosto de 2007 até dezembro de 2009, quando mudou a estrutura societária; Conselheiro de Administração da Kresil S/A. desde abril de 2008; Conselheiro de Administração da Globalnova Comunicações Ltda. De agosto de 2008 até novembro de 2009, quando foi vendida; Membro Efetivo do Conselho Fiscal de Renner Participações (principal acionista do Banco A. J. Renner S.A.) até abril de 2008, quando a Renner deixou de ser uma companhia aberta; membro Efetivo do Conselho Fiscal da Granja Quatro Irmãos do Grupo de Empresas da Josapar, de Pelotas (RS), que é uma companhia aberta, desde maio de 2007; membro Efetivo do Conselho Fiscal da Josapar desde abril de 2008; membro efetivo do Conselho Fiscal da Cristal S.A. e Ferragens Vianna S/A, controladoras da Empresa Josapar, de Pelotas (RS), nos anos de 2005 e 2006. Sendo reeleito para a Cristal em setembro de 2009, quando tornaram a constituir o Conselho Fiscal. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Maripá (Toledo-PR), período maio de 2005 até abril de 2006; membro Efetivo do Conselho Fiscal de Lojas Colombo e da Colmaggi, de Farroupilha (RS) no período de dois exercícios sociais; membro efetivo do Conselho Fiscal de Renner Herrmann S.A. durante dois exercícios sociais; membro Efetivo do Conselho Fiscal da Cooperativa dos Funcionários do Banco do Brasil Ltda. COBRASIL, no ano de 1971. Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Hospitalar Conceição, por indicação do Ministério da Educação através da Reitoria da UFRGS. Ex. Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A. Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal da TUPY S.A., eleito em abril de 2009 até abril de 2010. E reeleito em abril de 2010. Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal de Renner Participações S.A., eleito em abril de 2010. Membro do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul eleito em agosto de 2009.; Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal da Kepler Weber, eleito em abril de 2010; Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal da Real Empreendimentos S.A. eleito em abril de 2010. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Lucas Braga Eichenberg - 943.161.390-53

Lucas Braga Eichenberg, brasileiro, advogado, CPF 943.161.390-53. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (*D&O – Directors and officers*), com o valor de cobertura limitado a R\$ 5 milhões.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes sobre a administração da Companhia

Não aplicável.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente do Conselho de Administração possui remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPRL (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, ebitda, lucro liquido.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável à Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável à Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	200.000,00	3.000.000,00		3.200.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Total da remuneração	200.000,00	3.000.000,00		3.200.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	5,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	167.000,00	836.000,00	108.000,00	1.111.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	167.000,00	836.000,00	108.000,00	1.111.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício de 2009, não foram alcançadas. Desta forma não houve o pagamento e nem a apropriação de PPR para o exercício de 2009.

Em relação à previsão para o exercício de 2010 ainda não há valor definido para a remuneração variável da Diretoria.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável à Companhia.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração da companhia possuem participação direta de 12,19% e indireta de 14,37%.

Atualmente na Diretoria da companhia existem dois membros que também fazem parte do Conselho de Administração. A participação destes Diretores está informada na quantidade da participação dos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal não possuem participação acionária direta e nem indireta na companhia.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável à Companhia.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária.

Não aplicável à Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável à Companhia.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável à Companhia.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável à Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	4,00	7,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	309.432,00	167.000,00	21.600,00
Valor da menor remuneração(Reais)	154.716,00	167.000,00	21.600,00
Valor médio da remuneração(Reais)	209.000,00	167.000,00	21.600,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****31/12/2009**

Dos conselheiros de administração somente o Presidente do Conselho possui remuneração mensal fixa. Conforme já descrito no item 13.1.

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever os mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável à Companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Informar o percentual da remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável à Companhia.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Informar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável à Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor
13.15 - Informar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável à Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não é de nosso conhecimento nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1. Descrição dos recursos humanos

a) Número total de colaboradores: 1011

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	710
Engenho Centro	27
Engenhos Externos	18
Farinha	19
Areal	12
Vila Princesa	395
Administração	160
Insumos	79
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	65
SÃO GABRIEL – RS	4
ITAQUI – RS	231
URUGUAIANA - RS	1
TOTAL	1011

b) Número total de terceirizados:

Em 2009 a companhia tinha a seguinte composição de terceiros:

Pelotas	52
Itaqui	05
<u>Recife</u>	<u>04</u>
Total	61

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em 16,34%.

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco. A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,997 milhões em 31/12/2009. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Alterações relevantes – Recursos Humanos

Não aplicável à Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos funcionários da Companhia

a) Política de salários e remuneração variável

A Política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembléia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio ótico;
- Convênio farmácia;
- Convênio Livraria;
- Cesta básica;
- Refeitório.

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrever a relação da Companhia com os sindicatos de relacionamento

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
PEROLI S/A PARTICIPAÇÕES						
01.093.994/0001-09	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/09/2008		
	6.161.976	58,960000%	500	0,380000%	6.162.476	58,230000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	4.289.017	41,040000%	130.868	99,620000%	4.419.885	41,770000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	10.450.993	100,000000%	131.368	100,000000%	10.582.361	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PEROLI S/A PARTICIPAÇÕES				01.093.994/0001-09		
FERRAGENS VIANNA S/A						
92.192.236/0001-95	Brasileira-RS	Não	Não	30/09/2008		
6.328.838	18,360000	0	0,000000	6.328.838	18,360000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda						
07.009.537/0001-61	Brasileira-RS	Não	Não	30/09/2008		
15.129.936	43,890000	0	0,000000	15.129.936	43,890000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
12.941.158	37,750000	0	0,000000	12.941.158	37,750000	
TOTAL	34.399.932	100,000000	0	0,000000	34.399.932	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FERRAGENS VIANNA S/A				92.192.236/0001-95	
Ary Teixeira de Oliveira					
007.257.060-15	Brasileira-RS	Não	Não		
25.678	6,260000	0	0,000000	25.678	6,260000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira					
007.272.290-87	Brasileira-RS	Não	Não		
26.581	6,480000	0	0,000000	26.581	6,480000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Leda de Oliveira Lorea					
322.024.150-68	Brasileira-RS	Não	Não		
32.134	7,830000	0	0,000000	32.134	7,830000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
46.998	11,440000	0	0,000000	46.998	11,440000
Rosa de Oliveira Treptow					
007.257.140-34	Brasileira-RS	Não	Não		
26.581	6,480000	0	0,000000	26.581	6,480000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FERRAGENS VIANNA S/A				92.192.236/0001-95	
Rosa de Oliveira Treptow					
007.257.140-34	Brasileira-RS	Não	Não		
26.581	6,480000	0	0,000000	26.581	6,480000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	410.454	100,000000	0	0,000000	410.454
VIANNAINVEST Negócios e Participações Ltda.					
08.173.613/0001-32	Brasileira-RS	Não	Sim	30/09/2008	
252.482	61,510000	0	0,000000	252.482	61,510000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				07.009.537/0001-61	
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda					
06.188.543/0001-60	Brasileira-RS	Não	Sim	30/09/2008	
3.776.250	40,000000	0	0,000000	3.776.250	40,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Anna Lucia Adures de Oliveira					
411.410.400-34	Brasileira-RS	Não	Não		
531	0,010000	0	0,000000	531	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Augusto Lauro de Oliveira					
007.256.500-44	Brasileira-RS	Não	Não		
675	0,010000	0	0,000000	675	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ivon Luiz de Oliveira Junior					
252.011.400-25	Brasileira-RS	Não	Não		
631.788	6,690000	0	0,000000	631.788	6,690000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				07.009.537/0001-61	
Joaquim Maria de Oliveira Soares					
005.298.500-87	Brasileira-RS	Não	Não		
9.636	0,100000	0	0,000000	9.636	0,100000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
L.M.A. Negócios e Participações Ltda					
06.179.946/0001-43	Brasileira-RS	Não	Não	30/09/2008	
1.886.250	19,980000	0	0,000000	1.886.250	19,980000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Leda de Oliveira Lorea					
322.024.150-68	Brasileira-RS	Não	Não		
1.853.760	19,640000	0	0,000000	1.853.760	19,640000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luciano Adures de Oliveira					
400.874.250-68	Brasileira-RS	Não	Não		
531	0,010000	0	0,000000	531	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				07.009.537/0001-61	
OUTROS					
649.125	6,870000	0	0,000000	649.125	6,870000
Sérgio Martins de Oliveira					
237.291.630-00	Brasileira-RS	Não	Não		
631.788	6,690000	0	0,000000	631.788	6,690000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
9.440.334	100,000000	0	0,000000	9.440.334	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				06.188.543/0001-60	
Augusto Lauro de Oliveira					
007.256.500-44	Brasileira-RS	Não	Não		
3.294.556	47,910000	0	0,000000	3.294.556	47,910000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Augusto Lauro de Oliveira junior					
207.412.940-87	Brasileira-RS	Não	Não		
162.502	2,360000	0	0,000000	162.502	2,360000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Helena Martins de Oliveira					
428.243.380-91	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,530000	0	0,000000	36.950	0,530000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ivon Luiz de Oliveira Junior					
252.011.400-25	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,540000	0	0,000000	36.950	0,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				06.188.543/0001-60	
Marcia Almeida de Oliveira					
457.707.270-04	Brasileira-RS	Não	Não		
52.346	0,760000	0	0,000000	52.346	0,760000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Martha Almeida de Oliveira					
417.879.780-87	Brasileira-RS	Não	Não		
52.346	0,760000	0	0,000000	52.346	0,760000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Necy de Oliveira Bird					
005.955.600-59	Brasileira-RS	Não	Não		
3.204.400	46,600000	0	0,000000	3.204.400	46,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Sérgio Martins de Oliveira					
237.291.630-00	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,540000	0	0,000000	36.950	0,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				06.188.543/0001-60	
Sérgio Martins de Oliveira					
237.291.630-00	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,540000	0	0,000000	36.950	0,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
6.877.000	100,000000	0	0,000000	6.877.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
L.M.A. Negócios e Participações Ltda				06.179.946/0001-43	
Anna Lucia Adures de Oliveira					
411.410.400-34	Brasileira-RS	Não	Não		
1.890	49,970000	0	0,000000	1.890	49,970000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luciano Adures de Oliveira					
400.874.250-68	Brasileira-RS	Não	Não		
1.892	50,030000	0	0,000000	1.892	50,030000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	3.782	100,000000	0	0,000000	3.782
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VIANNAINVEST Negócios e Participações Ltda.				08.173.613/0001-32	
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda					
06.188.543/0001-60	Brasileira-RS	Não	Sim	30/09/2008	
390.000	40,270000	0	0,000000	390.000	40,270000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Helena Martins de Oliveira					
428.243.380-91	Brasileira-RS	Não	Não		
65.936	6,810000	0	0,000000	65.936	6,810000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ivon Luiz de Oliveira Junior					
252.011.400-25	Brasileira-RS	Não	Não		
65.936	6,810000	0	0,000000	65.936	6,810000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
João Carlos de Oliveira Junior					
263.757.020-20	Brasileira-RS	Não	Não		
85.441	8,820000	0	0,000000	85.441	8,820000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VIANNAINVEST Negócios e Participações Ltda.				08.173.613/0001-32	
L.M.A. Negócios e Participações Ltda					
06.179.946/0001-43	Brasileira-RS	Não	Não	30/09/2008	
128.044	13,220000	0	0,000000	128.044	13,220000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
167.126	17,250000	0	0,000000	167.126	17,250000
Sérgio Martins de Oliveira					
237.291.630-00	Brasileira-RS	Não	Não		
65.936	6,820000	0	0,000000	65.936	6,820000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	968.419	100,000000	0	0,000000	968.419
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				06.188.543/0001-60	
Augusto Lauro de Oliveira					
007.256.500-44	Brasileira-RS	Não	Não		
3.294.556	47,910000	0	0,000000	3.294.556	47,910000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Augusto Lauro de Oliveira junior					
207.412.940-87	Brasileira-RS	Não	Não		
162.502	2,360000	0	0,000000	162.502	2,360000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Helena Martins de Oliveira					
428.243.380-91	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,530000	0	0,000000	36.950	0,530000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ivon Luiz de Oliveira Junior					
252.011.400-25	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,540000	0	0,000000	36.950	0,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				06.188.543/0001-60	
Marcia Almeida de Oliveira					
457.707.270-04	Brasileira-RS	Não	Não		
52.346	0,760000	0	0,000000	52.346	0,760000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Martha Almeida de Oliveira					
417.879.780-87	Brasileira-RS	Não	Não		
52.346	0,760000	0	0,000000	52.346	0,760000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Necy de Oliveira Bird					
005.955.600-59	Brasileira-RS	Não	Não		
3.204.400	46,600000	0	0,000000	3.204.400	46,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Sérgio Martins de Oliveira					
237.291.630-00	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,540000	0	0,000000	36.950	0,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				06.188.543/0001-60	
Sérgio Martins de Oliveira					
237.291.630-00	Brasileira-RS	Não	Não		
36.950	0,540000	0	0,000000	36.950	0,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
6.877.000	100,000000	0	0,000000	6.877.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
L.M.A. Negócios e Participações Ltda				06.179.946/0001-43	
Anna Lucia Adures de Oliveira					
411.410.400-34	Brasileira-RS	Não	Não		
1.890	49,970000	0	0,000000	1.890	49,970000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luciano Adures de Oliveira					
400.874.250-68	Brasileira-RS	Não	Não		
1.892	50,030000	0	0,000000	1.892	50,030000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	3.782	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia	22/06/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	64
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	12

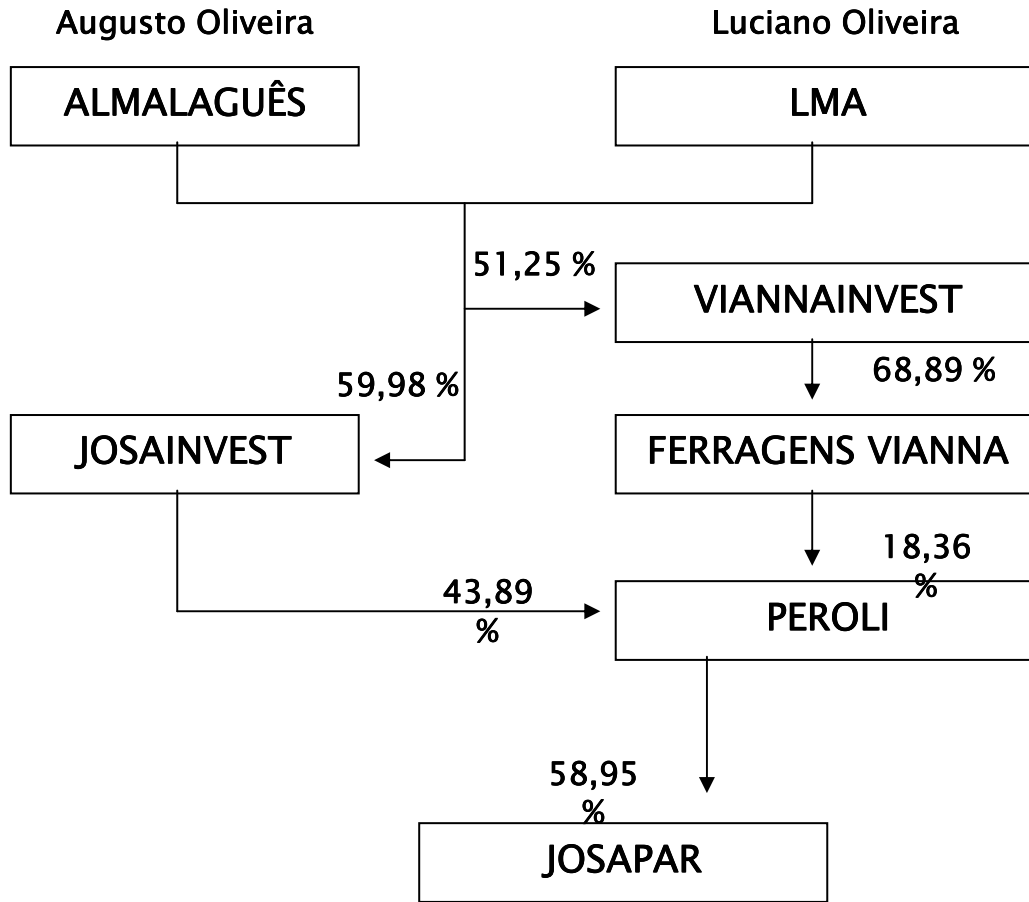
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	435.041	4,160000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	131.368	1,250000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	566.409	5,460000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Organograma do controle acionário



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia, ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável à Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Não aplicável à Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações relevantes sobre dados de controle

Não aplicável à Companhia.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável à Companhia. Não há regra formal específica para esse tema.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Real Empreendimentos S/A	30/10/2009	34.000,00	34.000,00	Trinta e Quatro mil Reais		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Conta Corrente						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Real Empreendimentos S/A	30/10/2009	34.000,00	34.000,00	Trinta e Quatro mil Reais	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Conta Corrente						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
17/12/2009	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	131.368				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/12/2009	AGE	29/12/2009	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

.....

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a compnhia

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Outras informações relevantes sobre o Capital Social da Companhia

Não aplicável à Companhia.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia são assegurados a aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica
Outras características relevantes	Não se aplica
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o estatuto social da companhia é assegurado asções preferenciais prioridade no pagamento dos dividendos, e ainda um adicional de 10% sobre do exercício.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	as ações preferenciais tem prioridade no reembolso do capital, sem premio no caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica a companhia
Outras características relevantes	Não se aplica a companhia
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito a voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas

Não aplicável à Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores da Companhia são admitidos à negociação

BOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Informações sobre cada classe ou espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor **18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas ou coligadas, relativas a valores mobiliários da companhia**

Não aplicável à Companhia.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Outras informações relevantes - Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Fornecer outras informações relevantes – Recompra de valores mobiliários

Não aplicável à Companhia.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia

20.2 - Outras informações relevantes

22.2. Indicar alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Não aplicável à Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

22.2. Indicar alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações

Não aplicável à Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre na operação normal dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente ligados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia.